



CONCURSO PÚBLICO
REF. EDITAL N° 01/2015 - NÍVEL TÉCNICO

CARGO:

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

PROVA

1

Nome do Candidato

Inscrição

Instruções

1. Na sua Folha de Respostas, confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o curso corresponde àquele para o qual você se inscreveu. **NÃO SE ESQUEÇA DE MARCAR O NÚMERO CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA FOLHA DE RESPOSTAS.** Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação da prova é a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva. Só é permitido o uso de caneta esferográfica **transparente** de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas e da Versão Definitiva da Prova Discursiva. O preenchimento da Folha de Respostas deve ser realizado da seguinte maneira: ■■
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Prova Discursiva. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva devidamente preenchidas e assinadas. Somente será possível levar o caderno de questões após decorridas 5 (cinco) horas do início da prova, sendo necessário, obrigatoriamente, devolver ao fiscal a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva.
5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site da AOCP – www.aocp.com.br – no dia posterior à aplicação da prova.
6. Implicará a eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no **envelope de guarda de pertences**. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno, na Folha de Respostas ou na Versão Definitiva da Prova Discursiva, incorrerá na eliminação do candidato.

Atenção

O Caderno de questões possui 2 (duas) questões discursivas e 60 (sessenta) questões objetivas, numeradas sequencialmente, de acordo com o exposto no quadro a seguir:

Discursiva 01 e 02

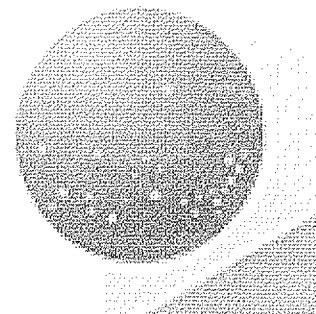
MATERIA **QUESTÕES**

Língua Portuguesa 01 a 10

Legislação 11 a 17

Informática 18 a 20

Conhecimentos Específicos 21 a 60



Tribunal Regional Eleitoral do Acre - Prova 01

Questão:	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
Resp.																															
Questão:	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	
Resp.																															

O gabarito oficial preliminar e o caderno de questões da prova objetiva estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aocp.com.br no dia seguinte à aplicação da prova.

1. A prova discursiva será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

- a) o conhecimento técnico-científico sobre a matéria;
- b) o atendimento ao tema proposto na questão;
- c) a clareza de argumentação/senso crítico;
- d) a utilização adequada da Língua Portuguesa.

2. O candidato terá sua prova discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não atender ao conteúdo avaliado e ao tema proposto, manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado no Edital;
- b) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- c) redigir seu texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- d) não apresentar as questões redigidas na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
- e) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

3. O candidato disporá de, no máximo, 15 (quinze) linhas para elaborar a resposta de cada questão da prova discursiva, sendo desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 15 (quinze) linhas permitida para a elaboração de seu texto.

QUESTÃO 01

Dispõem, os parágrafos 6º e 7º do artigo 14 da Constituição Federal, o seguinte:

“§ 6º - O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente”.

“§ 7º - São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição”.

Tendo por base o instituto da reeleição, adicionado ao texto constitucional por meio da emenda constitucional nº 16/1997, discorra sobre o tema, apontando a interação entre os dois parágrafos citados e explicitando as formas de controle que a legislação prevê em relação àqueles que disputam a eleição nessas condições.

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

8. _____

9. _____

10. _____

11. _____

12. _____

13. _____

14. _____

15. _____

QUESTÃO 02

A Lei Complementar nº 64/90 sofreu diversas alterações, em razão do advento da Lei Complementar nº 135/2010, as quais lhe conferiram uma nova roupagem. Com base nessas considerações, disserte a respeito das alterações promovidas na investigação judicial eleitoral.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____

Atenção! Não ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa desse caderno.

Leia o texto e responda as questões 1 e 2.

A vida em sociedade

1º de março 2011

Ao contrário do que muitos podem imaginar, o homem não é o único a viver em sociedade. E essa discussão aparece no episódio “A Cultura e a Casca de Banana”, dirigido por Toni Venturi. Durante a conversa no zoológico, o homem tenta provar ao macaco os benefícios que ele tem sobre todos os outros animais e o benefício principal: o de viver em sociedade.

O macaco discorda totalmente e conta ao homem, como um primeiro exemplo, sobre a sociedade das formigas. Ela é organizada em sociedade, mantém no topo do formigueiro a rainha, que põe os ovos, depois vêm as trabalhadoras que alimentam a chefe, e os machos são a terceira casta, não trabalham e a sua função se resume apenas em acasalar com as rainhas.

Outros exemplos da vida organizada em sociedade ficam por conta de cupins, abelhas e pinguins. A abelha, por exemplo, é incapaz de viver sozinha. Suas colmeias são um exemplo de organização social, com as rainhas na função de colocar os ovos, os zangões, que as fecundam, e as operárias, que cuidam de todas as tarefas.

Os cupins repartem todas as tarefas, trabalham juntos na construção de casas enormes e resolvem problemas complicados de moradia, como ventilação e drenagem. Já os pinguins, que também vivem em sociedade, dividem tarefa entre macho e fêmea. Ambos se revezam para chocar os filhotes, que se reúnem em creches e são supervisionados por adultos enquanto os pais saem em busca de comida. Os casais ficam juntos no verão para cuidar dos filhotes e, para identificar os membros de sua família, possuem cantos e danças próprios.

Fonte: <http://www.somos1so.com.br/2011/03/01/a-vida-em-sociedade/>. Texto adaptado.

QUESTÃO 01

De acordo com o texto “A vida em sociedade”, é correto afirmar que

- (A) a vida em sociedade reflete uma interação entre seres da mesma espécie, pois, ao se relacionarem, eles demonstram uma estrutura social organizada, em que, na maioria dos casos, é possível observar dependência e divisão de tarefas em atividades específicas.

- (B) a vida em sociedade reflete uma interação entre seres da mesma espécie, pois, ao se relacionarem, eles demonstram uma estrutura social organizada, em que, em todos os casos, é possível observar dependência e divisão de tarefas em atividades específicas.
- (C) a vida em sociedade é uma interação que os seres humanos desenvolvem ao se relacionarem com outras pessoas direta ou indiretamente. Nessa relação, sempre há uma dependência e, muitas vezes, uma organização social hierarquizada.
- (D) a vida em sociedade é uma interação que os seres desenvolvem ao se relacionarem com outras pessoas. Nessa relação, nem sempre há uma dependência e uma organização social hierarquizada.
- (E) todos os animais vivem em perfeita harmonia. Não há um domínio ou benefícios a mais referentes ao macaco sobre os demais animais. Nesse sentido, um precisa e depende do outro para todos viverem em sociedade organizada. Assim, as atividades podem ser organizadas de forma que nenhum animal seja prejudicado.

QUESTÃO 02

Em “Já os pinguins, que também vivem em sociedade, dividem tarefa entre macho e fêmea. Ambos se revezam para chocar os filhotes, reúnem-se em creches e são supervisionados por adultos enquanto os pais saem em busca de comida”, a expressão em destaque

- (A) expressa ideia de finalidade, pois, para os pais saírem em busca de comida, precisam deixar seus filhotes sob a supervisão de adultos.
- (B) expressa ideia de consequência, pois primeiro os pais deixam seus filhos sob a supervisão de adultos, para, depois, buscarem alimento.
- (C) expressa ideia de tempo simultâneo, pois, enquanto os pais saem em busca de comida, outros adultos supervisionam seus filhotes.
- (D) expressa ideia de tempo simultâneo, pois, enquanto os pais saem em busca de alimento, as mães se reúnem para supervisionarem seus filhotes.
- (E) expressa ideia de tempo sequencial, pois os pais deixam seus filhos para serem supervisionados para depois irem à busca de comida.

Leia o texto e responda as questões de 3 a 8.

Exemplo de cidadania: eleitores acima de 70 anos fazem questão de votar

Eleitores com mais de 70 anos foram, espontaneamente, às urnas para ajudar a escolher seus representantes

Luh Coelho

Exemplo de cidadania é o caso de pessoas como o aposentado Irineu Montanaro, de 75 anos. Ele diz que vota desde os 18, quando ainda era jovem e morava em Minas Gerais, sua terra natal, e que, mesmo sem a obrigatoriedade do voto, vai até as urnas em todas as eleições. "É uma maneira de expressar a vontade que a gente tem. Acho que um voto pode fazer a diferença", diz.

Eles questionam a falta de propostas específicas de todos os candidatos para pessoas da terceira idade e acreditam que um voto consciente agora pode influenciar futuramente na vida de seus filhos e netos.

O idoso afirma que sempre incentivou sua família a votar. E o maior exemplo vinha de dentro da própria casa. Mesmo que nenhum de seus familiares tenha se aventurado na vida política, todos de sua prole veem na vida pública uma forma de mudar os rumos do país.

Fonte: http://www.vilhenaoticias.com.br/materias/news_popup.php?id=16273. Texto adaptado.

QUESTÃO 03

Assinale a alternativa cujo "que" em destaque funciona como pronome relativo.

- (A) "É uma maneira de expressar a vontade que a gente tem. Acho que um voto pode fazer a diferença".
- (B) "Ele diz que vota desde os 18...".
- (C) "Acho que um voto pode fazer a diferença".
- (D) "...e acreditam que um voto consciente agora pode influenciar futuramente na vida de seus filhos e netos".
- (E) "O idoso afirma que sempre incentivou sua família a votar".

QUESTÃO 04

No texto, o período "É uma maneira de expressar a vontade que a gente tem. Acho que um voto pode fazer a diferença" encontra-se entre aspas para indicar

- (A) um ponto de vista do autor do texto.
- (B) uma ironia do autor do texto.
- (C) um argumento de senso comum.
- (D) uma explicação referente ao termo antecedente, utilizado no período anterior.
- (E) que quem está falando não é diretamente o autor do texto.

QUESTÃO 05

Em "Eles questionam a falta de propostas específicas de todos os candidatos para pessoas da terceira idade e acreditam que um voto consciente agora pode influenciar futuramente na vida de seus filhos e netos",

- (A) o verbo "questionam" está conjugado no tempo presente do subjuntivo.
- (B) o verbo "pode" da locução verbal "pode influenciar" encontra-se conjugado no tempo futuro do indicativo, pois remete a uma ação futura.
- (C) o verbo "acreditam", que está conjugado no tempo presente do indicativo, está no plural por concordar com o sujeito "Eles".
- (D) "todos os candidatos" está no plural para concordar com "propostas específicas".
- (E) "propostas específicas" deveria estar no singular para concordar com "a falta".

QUESTÃO 06

Em "[...] um voto consciente agora pode influenciar futuramente na vida de seus filhos e netos.", o termo em destaque

- (A) remete ao aposentado Irineu Montanaro, que nunca deixou de votar por acreditar na importância do voto consciente.
- (B) remete a "todos os candidatos", que, além de serem candidatos, são também eleitores.
- (C) remete a "pessoas da terceira idade" que têm filhos e netos.
- (D) remete ao sujeito "Eles", o qual se refere aos eleitores com mais de 70 anos mencionados no texto.
- (E) é um pronome demonstrativo, pois tem a função de fazer referências a objetos apresentados no texto, ou seja, funciona como elemento coesivo.

QUESTÃO 07

Em "Eleitores com mais de 70 anos foram, espontaneamente, às urnas para ajudar a escolher seus representantes", a crase

- (A) foi empregada para atender à regência do verbo "ir", o qual tem como complemento uma palavra pertencente ao gênero feminino.
- (B) foi empregada para atender à regência de "espontaneamente", que tem como complemento nominal uma palavra do gênero feminino.
- (C) foi empregada para atender à regência do verbo posposto "ajudar".
- (D) foi empregada inadequadamente.
- (E) é facultativa.

QUESTÃO 08

Em “Ele diz que vota desde os 18, quando ainda era jovem e morava em Minas Gerais, sua terra natal...”, a expressão em destaque

- (A) exerce função de vocativo e não pode ser excluída da oração por tratar-se de um termo essencial.
- (B) exerce função de aposto e pode ser excluída da oração por tratar-se de um termo acessório.
- (C) exerce função de aposto e não pode ser excluída da oração por tratar-se de um termo essencial.
- (D) exerce função de adjunto adnominal, portanto é um termo acessório.
- (E) exerce função de adjunto adverbial, portanto é um termo acessório.

Analisar o texto a seguir e responder as questões 9 e 10.



Fonte: <http://digofreitas.com/tag/eleicao/>

QUESTÃO 09

Em relação ao texto “Votando em quem?”, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de uma caricatura, pois a ilustração enfatiza o exagero referente às características dos personagens, de forma que o humor se constituiu devido à proporção atribuída a esses exageros. No caso, os traços característicos dos personagens estão fortemente delineados nas figuras ilustrativas. Os traços que caracterizam a mãe são identificados pelo lenço na cabeça e pela ação de uma prática doméstica, e o que caracteriza o filho é identificado pelo uso do boné.
- (B) Trata-se de uma história em quadrinhos em que prevalece a tipologia injuntiva, o que é possível verificar pelo terceiro quadrinho quando a mãe se posiciona de forma a demonstrar autoridade, o que pode ser comprovado pela materialidade linguística (formas verbais) e também pela linguagem não verbal (linguagem corporal da mãe: fisionomia e gesto de apontamento). Geralmente, o público alvo dessas narrativas em quadrinhos é o público infantil e familiar.
- (C) Trata-se do gênero notícia em forma de tirinha, em que prevalece a tipologia dialogal, pois, ao perguntar à mãe como foi a votação, o filho pretende obter informações sobre uma situação já existente, mas que não são ainda de seu conhecimento. Ele obtém, portanto, as informações quando a mãe, no segundo quadrinho, responde a sua indagação.
- (D) Trata-se de uma charge em forma de tirinha, pois, pelo diálogo entre mãe e filho, é possível identificar a crítica realizada pelo filho, de forma humorística, dada à situação do momento eleitoral. No caso, houve desinteresse por parte da mãe, que aparenta não conhecer plenamente o candidato em quem votou, mas depois ela terá de arcar com as consequências, o que pode ser verificado no terceiro quadrinho.
- (E) Trata-se de cartum, pois, de forma humorística, retrata uma crítica a um personagem definido e conhecido, no caso, a mãe. Além disso, a sátira refere-se a uma situação cotidiana, o que também pode ser evidenciado pelas atividades habituais dessas pessoas. No caso, a mãe, em sua atividade doméstica, e o filho, por se pressupor que iria jogar videogame.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao que se afirma a seguir.

- (A) No primeiro quadrinho, o termo mãe funciona como um vocativo.
- (B) No segundo quadrinho, a expressão onde se encontra o verbo "lembrar" poderia se apresentar da seguinte forma: "nem me lembrei dos números..."
- (C) No terceiro quadrinho, a locução verbal "acabei votando" indica uma ação acabada, apesar de apresentar o gerúndio "votando", que expressa uma ação em curso.
- (D) No terceiro quadrinho, a colocação pronominal em "não me enche" está adequada, pois o advérbio "não" atrai o pronome.
- (E) Nos três quadrinhos, o termo "lá" remete ao mesmo lugar.

LEGISLAÇÃO**QUESTÃO 11**

De acordo com a Lei nº 8.112/90, são requisitos básicos para investidura em cargo público, dentre outros:

- (A) nacionalidade brasileira e certidão negativa de débitos.
- (B) certidão negativa de débitos e gozo dos direitos políticos.
- (C) idade mínima de 21 anos e aptidão física e mental.
- (D) idade mínima de 18 anos e certidão negativa de débitos.
- (E) aptidão física e mental e nacionalidade brasileira.

QUESTÃO 12

É forma de provimento de cargo público, prevista na Lei nº 8.112/90,

- (A) portaria.
- (B) despacho.
- (C) decreto.
- (D) promoção.
- (E) resolução.

QUESTÃO 13

De acordo com a Lei nº 9.784/99, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando

- (A) concedem férias.
- (B) concedem licença.
- (C) concedem promoção.
- (D) revogam um ato administrativo.
- (E) provêm cargo em comissão.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa correta em relação à Lei nº 8.429/92 e ao regime legal da improbidade administrativa.

- (A) São sanções aplicadas ao agente que comete ato de improbidade, dentre outras, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, prisão, suspensão dos direitos políticos.
- (B) Reputa-se agente público, para os efeitos da Lei de Improbidade, somente o servidor público aprovado em concurso.
- (C) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao

- Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- (D) Somente o cidadão no gozo dos direitos políticos poderá representar a autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
 - (E) O Ministério Público não tem legitimidade para propor Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa.

QUESTÃO 15

É ato de improbidade administrativa que causa enriquecimento ilícito

- (A) celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei.
- (B) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- (C) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (D) frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.
- (E) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

QUESTÃO 16

Referente à Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, regulada no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao Tribunal processar e julgar, originariamente, a ação de impugnação de mandato eletivo contra governador, vice-governador, senador e deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores.
- (B) Poderá, o mandato eletivo, ser impugnado perante a Justiça Eleitoral no prazo de cento e oitenta dias, contados da diplomação, instruída a impugnação com provas de abuso do poder econômico, de corrupção ou fraude.
- (C) A ação terá curso em segredo de justiça, com intervenção do Ministério Público Eleitoral, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.
- (D) Distribuído o processo, o Relator, verificando que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos artigos 282 e 283 do Código de Processo Civil ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento do mérito, julgará extinto o processo.
- (E) O julgamento da Ação de Impugnação de Mandato será sigiloso.

QUESTÃO 17

Conforme Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, é dever dos servidores

- (A) realizar as tarefas rotineiras do colega faltoso.
- (B) declarar seu impedimento ou suspeição, desde que alegado pelo interessado.
- (C) manter sob sigilo os dados e as informações de natureza confidencial ou pessoal, obtidos no exercício de sua atividade profissional.
- (D) dar voz de prisão no caso de sofrer pressão de superiores hierárquicos, interessados ou outros que visem à obtenção de favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações ou omissões ilegais, imorais ou antiéticas.
- (E) apresentar-se ao trabalho sem tatuagens à mostra.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 18

Dentre os vários aplicativos para lidar com cálculos no dia a dia utilizando o computador, está a planilha eletrônica. O LibreOffice possui um aplicativo gratuito de planilha eletrônica que é conhecido como

- (A) Excel.
- (B) Writer.
- (C) Math.
- (D) Calc.
- (E) Navegador.

QUESTÃO 19

O bit é a unidade essencial para o funcionamento do computador. Praticamente, todo hardware comunica-se por meio desse sinal. O valor exato de 1KB (Um KiloByte) é

- (A) 999 Bytes.
- (B) 1064 Bytes.
- (C) 2000 Bytes.
- (D) 1048 Bytes.
- (E) 1024 Bytes.

QUESTÃO 20

Os softwares são essenciais para a interação homem/máquina. Existem softwares que são proprietários e outros que são livres. Segundo a Fundação para o Software Livre, é considerado livre qualquer programa que pode ser copiado, usado, modificado e redistribuído de acordo com as necessidades do usuário. Dessa forma, assinale a alternativa que apresenta um exemplo de software livre.

- (A) iOS.
- (B) Windows Server.
- (C) Ubuntu Linux.
- (D) MS-Office.
- (E) Windows 7.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Referente a direitos políticos, é correto afirmar que

- (A) a filiação partidária é requisito para o exercício do mandato político.
- (B) somente podem ser candidatos os maiores de 18 anos e menores de 70 anos.
- (C) é permitida, no ordenamento jurídico brasileiro, a candidatura avulsa, sem filiação partidária, somente para o cargo de vereador.
- (D) a ausência de domicílio eleitoral na circunscrição da disputa é causa de inelegibilidade.
- (E) o voto é facultativo para analfabetos, maiores de 16 anos e menores de 18 anos e maiores de 70 anos.

QUESTÃO 22

NÃO constitui condição de elegibilidade prevista na constituição

- (A) a quitação eleitoral.
- (B) o pleno gozo dos direitos políticos.
- (C) a filiação partidária.
- (D) a nacionalidade brasileira, nativa ou naturalizada.
- (E) a idade mínima para o cargo em disputa.

QUESTÃO 23

Em relação aos direitos políticos do militar, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O militar alistável é elegível, não sendo necessária a filiação partidária para a disputa.
- (B) O militar eleito deverá ser afastado da atividade, se contar com mais de 10 anos de serviço, ou passará para a inatividade, caso conte com menos de 10 anos de serviço.
- (C) Os conscritos são inelegíveis.
- (D) Para concorrer a cargo eletivo, é necessário que o militar tenha sido escolhido previamente em convenção partidária.
- (E) O militar detentor de cargo eletivo, caso queira se candidatar em outro pleito, deverá efetivar a sua filiação partidária com um ano de antecedência em relação à data da disputa.

QUESTÃO 24

Em relação à legislação eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) O Código Eleitoral é a legislação central do regime jurídico eleitoral, sendo as demais legislações acessórias naquilo em que ele for omissivo.

- (B) A Lei que alterar o processo eleitoral deve respeitar a regra da anualidade eleitoral.
- (C) É inaplicável, dentro do sistema processual eleitoral, qualquer disposição do código de processo civil, em razão da sua incompatibilidade com o que dispõe o código eleitoral.
- (D) A cada eleição, será publicada, pelo Tribunal Superior Eleitoral, Lei específica dispondo a respeito do pleito a ser realizado.
- (E) Além das disposições constitucionais, somente Lei complementar pode dispor acerca de matéria eleitoral.

QUESTÃO 25

Referente aos órgãos da justiça eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) Eles fazem parte da estrutura judiciária federal, sendo o Superior Tribunal de Justiça o órgão responsável pela interpretação final das questões eleitorais.
- (B) O cargo de juiz eleitoral, junto às zonas eleitorais, é exercido pelos juizes de direito e juizes federais.
- (C) Em respeito à regra do quinto constitucional, ao menos uma das cadeiras de juizes membros dos Tribunais Regionais Eleitorais é composta pelos Advogados e Membros do Ministério Público.
- (D) Os cargos ocupados perante os Tribunais Regionais Eleitorais relativos aos membros dos Tribunais de Justiça resumem-se à presidência e vice-presidência/corregedoria.
- (E) O cargo de juiz oriundo da magistratura federal, junto ao Tribunal Regional Eleitoral, será exercido por um Desembargador membro do Tribunal Regional Federal, desde que exista sede do Tribunal Regional Federal naquele estado.

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa correta.

- (A) O Supremo Tribunal Federal possui três cargos perante o Tribunal Superior Eleitoral, correspondentes aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Eleitoral.
- (B) O Superior Tribunal de Justiça possui um cargo perante o Tribunal Superior Eleitoral.
- (C) Os juizes dos tribunais regionais eleitorais, salvo motivo justificado, possuirão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos ao cargo por no máximo dois biênios consecutivos.
- (D) Os Tribunais Regionais Eleitorais compõem-se, além dos demais cargos, por juizes pertencentes à classe dos advogados, desde que com notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça e nomeados pelo Presidente da República.

- (E) Cabe, ao próprio Tribunal Regional Eleitoral, eleger o seu Presidente e Vice-presidente dentre qualquer um dos seus membros.

QUESTÃO 27

Em relação ao Ministério Público Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) Perante as Zonas Eleitorais, atuam os procuradores federais.
- (B) O Procurador Geral poderá designar quaisquer outros membros do Ministério Público, com exercício no Distrito Federal, e sem prejuízo das respectivas funções, para auxiliá-lo junto ao Tribunal Superior Eleitoral.
- (C) Perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará o Procurador Geral da República, funcionando, em suas faltas e impedimentos, seu substituto legal.
- (D) São inelegíveis, para o cargo de Presidente da República, os membros do Ministério Público que não tenham se afastado das suas funções até 3 (três) meses anteriores ao pleito.
- (E) Perante os Tribunais Regionais Eleitorais, atuará um Procurador de Justiça, funcionando, em suas faltas e impedimentos, seu substituto legal.

QUESTÃO 28

Referente aos crimes eleitorais, assinale a alternativa correta.

- (A) As infrações penais previstas no Código Eleitoral são de iniciativa penal pública condicionada à representação, exceto para o crime de captação ilícita de sufrágio.
- (B) Qualquer cidadão que tiver conhecimento da prática de crime eleitoral poderá comunicar o fato ao juiz eleitoral da zona em que a mesma se verificou, o qual decidirá sobre a existência de indícios suficientes do crime, encaminhando para o Ministério Público Eleitoral propor a ação competente, se for o caso.
- (C) No processo e julgamento dos crimes eleitorais, assim como nos recursos e na execução, que lhes digam respeito, aplicar-se-á, como lei subsidiária ou supletiva, o Código de Processo Penal, salvo quando se tratar dos comuns que lhes forem conexos, situação na qual a ação deverá ser desmembrada e processada perante o juízo comum competente.
- (D) Das decisões finais de condenação ou absolvição, proferidas perante os Juizes Eleitorais em primeiro grau, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, a ser interposto no prazo de 3 (três) dias.
- (E) Compete, ao Tribunal Superior Eleitoral, o julgamento dos crimes eleitorais e comuns que lhe forem conexos, cometidos pelos próprios juizes e pelos juízos dos Tribunais Regionais.

QUESTÃO 29

Para efeitos penais eleitorais, NÃO são considerados membros e funcionários da justiça eleitoral

- (A) os funcionários requisitados pela Justiça Eleitoral.
- (B) os cidadãos que hajam sido nomeados para as mesas receptoras ou Juntas Apuradoras.
- (C) os magistrados que, mesmo não exercendo funções eleitorais, estejam presidindo Juntas Apuradoras ou se encontrem no exercício de outra função por designação de Tribunal Eleitoral.
- (D) os cidadãos que, temporariamente, integram órgãos da Justiça Eleitoral.
- (E) os fiscais e delegados constituídos pelos partidos políticos para acompanhar a votação e a apuração do pleito.

QUESTÃO 30

Qual das disposições penais a seguir constitui crime eleitoral somente no dia da eleição?

- (A) Reter título eleitoral contra a vontade do eleitor.

- (B) Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita.
- (C) Divulgar, na propaganda, fatos que sabe inverídicos, em relação a partidos ou candidatos, e capazes de exercerem influência perante o eleitorado.
- (D) Promover, com o fim de impedir, embaraçar ou fraudar o exercício do voto, a concentração de eleitores, sob qualquer forma, inclusive o fornecimento gratuito de alimento e transporte coletivo.
- (E) Inscrever-se, o eleitor, simultaneamente, em dois ou mais partidos.

QUESTÃO 31

Referente aos recursos e ações eleitorais, assinale a alternativa correta.

- (A) Como regra geral, os recursos eleitorais possuem efeito suspensivo.
- (B) O recurso contra expedição de diploma caberá somente nos casos de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional e de falta de condição de elegibilidade.
- (C) São irrecorríveis as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais, salvo as que declararem a invalidade de lei ou ato contrário à Constituição Federal.
- (D) Contra as decisões proferidas monocraticamente pelos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, caberá recurso de agravo, a ser interposto no prazo de 5 dias.
- (E) Não são cabíveis embargos de declaração em face de acórdão do Tribunal Superior Eleitoral, salvo se calcados em erro material.

QUESTÃO 32

Em relação aos partidos políticos, é correto afirmar que

- (A) é assegurada, ao partido político, autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.
- (B) são pessoas jurídicas de direito público interno.
- (C) o partido está obrigado a enviar à Justiça Eleitoral, a cada 3 anos, o balanço contábil do exercício financeiro do período.
- (D) os recursos provenientes do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) são repartidos entre os partidos políticos proporcionalmente à sua votação para o preenchimento dos cargos na câmara federal.
- (E) as doações de recursos financeiros para partidos políticos devem ser efetivas, obrigatoriamente, mediante cheque cruzado em nome do partido político.

QUESTÃO 33

Ainda a respeito dos partidos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de entidade de classe ou sindical.
- (B) Os partidos políticos possuem suas contas objeto de apuração perante o Tribunal de Contas da União, quando tratar-se do órgão de representação nacional, e aos Tribunais de Contas Estaduais, quando tratar-se dos órgãos de representação estadual ou municipal.
- (C) Os partidos políticos poderão efetuar gastos, com recursos oriundos do Fundo partidário, até o valor de R\$ 5.000,00 sem necessidade de contabilização em sua prestação de contas, desde que destinados ao pagamento de gastos de pequena monta, limitados ao valor de R\$ 400,00 por despesa.
- (D) É facultado ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária inferiores aos previstos em lei, com vistas à candidatura a cargo eletivo.
- (E) É permitida a formação de partidos novos, desde que acompanhada pelo requerimento de apoio de, no mínimo, 10% da população, dividido em 1/3 dos estados, desde que represente, no mínimo, 1% do eleitorado de cada estado.

QUESTÃO 34

Referente à Lei das Eleições, assinale a alternativa correta.

- (A) É obrigatório para o partido e para os candidatos abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha, para qualquer cargo, independente do número de eleitores da circunscrição do pleito.
- (B) Candidatos e Comitês Financeiros estão obrigados à inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ressalvados os casos de candidatura para Vereador em Municípios com menos de vinte mil eleitores.
- (C) No pedido de registro de seus candidatos, a Justiça Eleitoral comunicará aos partidos e coligações os valores máximos de gastos que poderão realizar por cargo eletivo em cada eleição a que concorrerem.
- (D) A cada ano, o Tribunal Superior Eleitoral irá fixar o número máximo de candidatos que cada partido e/ou coligação poderá inscrever para o pleito.
- (E) As doações de recursos financeiros para campanha observam os seguintes limites: no

caso de pessoa física, 10% do seu rendimento bruto auferido no ano anterior à eleição; no caso da pessoa jurídica, 2% de seus rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição.

QUESTÃO 35

Conforme a Lei 9.504/97, alguns gastos eleitorais são limitados. Em relação a esses gastos, assinale a alternativa correta.

- (A) É de 20% o limite de gastos com alimentação com as pessoas que prestam serviços às candidaturas e comitês eleitorais.
- (B) É de 10% o limite de gastos com aluguel de veículos automotores que prestam serviços às candidaturas e comitês eleitorais.
- (C) Qualquer eleitor poderá realizar gastos, em apoio a candidato de sua preferência, até a quantia equivalente a um mil UFIR, não sujeitos à contabilização, desde que não reembolsados.
- (D) A doação do órgão de direção partidária correspondente poderá representar, no máximo, 30% das receitas utilizadas pelo candidato na campanha eleitoral.
- (E) Não há limite de gastos para a campanha presidencial, sendo os eventuais abusos objeto de apuração mediante as ações eleitorais pertinentes.

QUESTÃO 36

Em relação à prestação de contas de campanha, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Estão dispensados de prestar contas aqueles que tiveram o seu registro de candidatura indeferido ou que tenham desistido da candidatura até o período de 45 dias anteriormente à data da eleição.
- (B) As prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias serão feitas por intermédio do comitê financeiro.
- (C) As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo comitê financeiro ou pelo próprio candidato.
- (D) Erros formais e materiais corrigidos não autorizam a rejeição das contas e a cominação de sanção a candidato ou partido.
- (E) Da decisão que julgar as contas de campanha, caberá recurso no prazo de 3 dias.

QUESTÃO 37

Referente à administração pública direta e indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros, desde que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros naturalizados, desde que residentes no país há mais de 5 anos.
- (B) É proibido ao servidor público realizar greve.
- (C) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- (D) Somente por lei complementar poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- (E) Independe de autorização legislativa, a criação de subsidiárias de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

QUESTÃO 38

Em relação às alterações promovidas pela Lei Complementar nº 135, a denominada Lei da Ficha Limpa, assinale a alternativa correta.

- (A) Em relação à ação de investigação judicial eleitoral, para a configuração do ato abusivo, será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, em conjunto com a gravidade das circunstâncias que o caracterizam.
- (B) A referida Lei Complementar adicionou a hipótese de inelegibilidade, pelo prazo de 8 anos, daqueles que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, salvo se o ato houver sido anulado ou estiver em discussão perante o Poder Judiciário.
- (C) Passaram a ser inelegíveis, pelo prazo de 8 anos, aqueles que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde que transitada em julgado a condenação.
- (D) Passaram a ser inelegíveis, pelo prazo de 8 anos, aqueles que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo

administrativo ou judicial, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário.

- (E) A vida pregressa do candidato passou a ser objeto de análise discricionária pelo poder judiciário, sendo permitido ao juiz indeferir o registro de candidatura daqueles que não possuem vida pregressa compatível com o exercício de cargo público.

QUESTÃO 39

Ainda em relação à Lei da ficha limpa, Lei Complementar nº 64/90, fica inelegível, por oito anos, para qualquer cargo,

- (A) quem for condenado pelos crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público, o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência.
- (B) quem for condenado pelos crimes de abuso de autoridade, mesmo se não houver inabilitação para o exercício da função pública.
- (C) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por qualquer conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais.
- (D) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso ou culposo de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição.
- (E) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para fins previdenciários.

QUESTÃO 40

Em relação às condutas vedadas previstas na Lei 9.504/97, são proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais, sem exceção,

- (A) realizar, em ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos nos quatro últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição.
- (B) nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos.
- (C) nos seis meses que antecedem o pleito, fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.
- (D) nos três meses que antecedem o pleito, o uso, em campanha, pelos candidatos à reeleição de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito e Vice-Prefeito, de suas residências oficiais para realização de contatos, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha.
- (E) realizar, na circunscrição do pleito, recomposição da perda do poder aquisitivo dos servidores públicos ao longo do ano da eleição, vedação que cessa com a posse dos eleitos.

QUESTÃO 41

Em relação aos servidores públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- (B) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- (C) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter gratuito, mediante contribuição exclusiva do respectivo ente público, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (D) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio

fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI da Constituição Federal.

- (E) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

QUESTÃO 42

A lei considerará crime(s) inafiançável(is) e insuscetível(is) de graça ou anistia

- (A) os crimes contra a administração pública.
- (B) o terrorismo.
- (C) os crimes eleitorais.
- (D) o racismo.
- (E) os crimes contra a ordem econômica.

QUESTÃO 43

Referente à organização político-administrativa, é correto afirmar que

- (A) são bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.
- (B) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, sendo necessária apenas a aprovação do Congresso Nacional, por lei complementar.
- (C) cabe à União explorar, direta e exclusivamente, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- (D) o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
- (E) são bens da união as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito.

QUESTÃO 44

No que tange ao disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) compete aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural local.
- (B) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre trânsito e transporte.
- (C) compete privativamente à união legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- (D) é competência dos Municípios legislar sobre propaganda comercial.
- (E) é de competência dos estados federados dispor sobre matéria de interesse local.

QUESTÃO 45

Em relação à responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) A União é responsabilizada por danos nucleares somente quando for culpada pelo dano.
- (B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- (C) Para a configuração de responsabilidade civil do Estado, não é necessário que haja nexo de causalidade.
- (D) As sociedades de economia mista que exploram atividade econômica não respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.
- (E) No ordenamento jurídico brasileiro, vige o sistema da irresponsabilidade estatal, baseada no primado "the king can do no wrong".

QUESTÃO 46

Consoante às normas constitucionais brasileiras, assinale a alternativa correta.

- (A) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- (B) São inelegíveis os ocupantes de cargos estaduais ou municipais que não se tenham deles afastado, em caráter definitivo, 45 (quarenta e cinco) dias antes da data das eleições.
- (C) Não são inelegíveis os analfabetos, sendo,

todavia, facultativa a sua inscrição como eleitor.

- (D) É vedada a possibilidade de Lei Complementar estabelecer outros casos de ilegitimidade além dos já previstos na Constituição.
- (E) Para todos os cargos majoritários, é permitida uma única reeleição.

QUESTÃO 47

De acordo com a Constituição Federal, no que tange às cláusulas pétreas, NÃO será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a

- (A) ampliar os direitos e garantias individuais.
- (B) abolir o voto obrigatório.
- (C) desfazer a forma federativa de Estado.
- (D) alterar o regime de governo.
- (E) dispor sobre a competência dos órgãos judiciais.

QUESTÃO 48

Em relação ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos normativos municipais não podem ser objeto de controle abstrato e concentrado de constitucionalidade.
- (B) Nem todos os legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade o são para promoverem a ação declaratória de constitucionalidade.
- (C) Não é permitida a figura do *amicus curiae* no controle de constitucionalidade abstrato.
- (D) A lei não prevê a possibilidade de partidos políticos proporem ação direta de inconstitucionalidade.
- (E) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante.

QUESTÃO 49

No tocante aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, assinale a alternativa que está de acordo com o que dispõe o texto constitucional.

- (A) A irredutibilidade do salário só é prevista quando disposta em convenção ou fruto de acordo coletivo.
- (B) A remuneração do trabalho noturno poderá ser superior à do diurno, somente quando sua previsão estiver disposta em convenção ou for fruto de acordo coletivo.
- (C) É direito desses trabalhadores a participação nos lucros ou resultados, vinculada à

remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

- (D) O repouso semanal remunerado deverá ser preferencialmente aos domingos.
- (E) O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço deverá ser de, no máximo, 30 dias.

QUESTÃO 50

Estado é diferente de Governo. A finalidade do Estado é atender aos interesses da coletividade, ou seja, o bem comum e, para isso, o Estado precisa de um aparato que lhe dê a possibilidade de concretizar e materializar essa finalidade, que é chamado de Administração Pública. Analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que apresenta apenas as assertivas relacionadas à Administração Pública.

- I. É um instrumento usado para atingir uma meta política.
- II. Possui conduta hierarquizada.
- III. Atividade política e discricionária dos negócios públicos.
- IV. Pratica atos de execução, segundo a competência do órgão e seus agentes.
- V. Significa o conjunto de agentes, órgãos e entidades que integram a estrutura constitucional do Estado.

- (A) Apenas I, III e V.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas II, III, IV e V.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) Apenas I, II e V.

QUESTÃO 51

Ao cidadão brasileiro, a Constituição Federal reserva, especificadamente, a prerrogativa de

- (A) propor representação perante o Supremo Tribunal Federal, que vise à intervenção da União nos Estados-membros por afronta aos princípios sensíveis da Constituição.
- (B) propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público.
- (C) impetrar mandado de segurança coletivo.
- (D) propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- (E) propor ação rescisória eleitoral.

QUESTÃO 52

Devido à natureza continental do Brasil, a União precisa estruturar a organização administrativa para prestar, de maneira eficiente, os serviços públicos à coletividade. Para isso, o poder público divide a função em áreas específicas e cria instituições especializadas para atuar nessas áreas, usando uma atividade administrativa denominada

- (A) descentralização.
- (B) especialização.
- (C) distribuição.
- (D) departamentalização.
- (E) profissionalização.

QUESTÃO 53

Compete ao STJ processar e julgar, originalmente,

- (A) os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.
- (B) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União.
- (C) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- (D) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.
- (E) os conflitos de competência entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal.

QUESTÃO 54

Em relação às súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Possuem força vinculante idêntica à decisão de mérito proferida em Recurso Extraordinário.
- (B) A revisão das súmulas pode ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) Não podem ser canceladas pelo próprio STF.
- (D) Podem ser aprovadas mediante decisão da maioria simples dos membros.
- (E) O descumprimento pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade.

QUESTÃO 55

É função institucional do Ministério Público, segundo a Constituição Federal,

- (A) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- (B) exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, inclusive a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas, quando inexistente o corpo jurídico próprio.
- (C) promover ação popular, para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- (D) exercer o controle interno da atividade policial, na forma da lei.
- (E) promover, somente quando não exercido pelo particular, a ação penal pública.

QUESTÃO 56

Em relação à defensoria pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A Defensoria Pública é instituição transitória, auxiliar à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- (B) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a vitaliciedade e a independência funcional.
- (C) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios, cabendo aos estados membros, privativamente, regular as defensorias públicas estaduais, prescrevendo normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- (E) Os Defensores Públicos dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das entidades estaduais que não dispuserem de corpo jurídico próprio, conforme previsão das Constituições Estaduais.

QUESTÃO 57

A gestão estratégica pode ser entendida como uma composição de quatro momentos principais com uma atividade em cada momento. Qual é a atividade ou momento que é caracterizado por agir sobre a realidade, incluindo fazer, implementar, monitorar e avaliar?

- (A) Formulação.
- (B) Operação.
- (C) Diagnóstico.
- (D) Estratégia.
- (E) Controle.

QUESTÃO 58

Em relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) Não haverá pena criminal de multa.
- (B) Às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos até um ano de idade.
- (C) Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do depositário infiel.
- (D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por entidade partidária de nível estadual, desde que com representação na câmara de deputados do seu estado.
- (E) Conceder-se-á *habeas data* para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

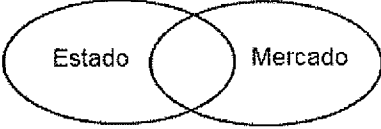
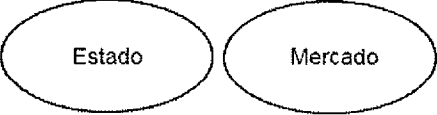



QUESTÃO 59

A estruturação da máquina administrativa no Brasil passou por reformas que provocaram mudanças e impactos nas estruturas administrativas do setor público. Dentre essas reformas, surgiu o Plano Diretor da Reforma do Estado para modificar a burocracia pública brasileira, dividindo as atividades estatais em dois segmentos. Quais são esses segmentos?

- (A) Atividades de legislação pública e atividades de formulação de políticas públicas.
- (B) Atividades de reformas estruturais do Estado e atividades de reformas da administração pública.
- (C) Atividades exclusivas do Estado e atividades não exclusivas do Estado.
- (D) Atividades de criação e expansão de burocracias públicas e atividades de racionalização.
- (E) Atividades de gerencialismo na administração pública e atividades de descentralização.

QUESTÃO 60

Considerando as possibilidades de convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada, qual figura a seguir melhor caracteriza essas relações entre os setores público e privado?

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 
- (E) 

RASCUNHO

RASCUNHO

Atenção! Não **ESQUEÇA** de marcar, na *Folha de Respostas*, o número de sua prova indicado na capa desse caderno.

RASCUNHO
